

CAMINHOS LIMITADOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL **Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus** **em Portugal**

Fernando Luís Machado e Maria Abranches

Imigração, mobilidade social, integração

Em Portugal, há algumas populações imigrantes que se encontram já numa fase relativamente adiantada do ciclo migratório, com quinze, vinte ou mais anos de residência no país, o que corresponde a um patamar de sedentarização alargada.

Que tipo de trajectórias sociais percorreram essas populações na sociedade portuguesa? A condição socioprofissional desses imigrantes é hoje semelhante à que tinham logo após a chegada ou alterou-se à medida que se prolongou o tempo de residência? Mais especificamente, esses imigrantes conheceram processos de mobilidade social ascendente ou, pelo contrário, continuam enredados nos segmentos mais precários e desqualificados do mercado de trabalho?

A resposta a estas questões é importante não só do ponto de vista das modalidades de incorporação de populações imigrantes nas economias dos países de destino. Mais do que isso, essa resposta fornece-nos indicações privilegiadas sobre os processos de integração ou exclusão de populações migrantes nas sociedades de acolhimento.

Os processos de integração ou exclusão social de imigrantes podem ser conceptualizados em termos dos respectivos contrastes e continuidades face à população da sociedade receptora em que estão fixados, afirmando-se que o grau de integração é inversamente proporcional ao grau de contraste, particularmente de contraste social (Machado, 2002a).

Uma dimensão-chave desses contrastes ou continuidades é justamente a das condições e trajectórias socioprofissionais. Se a inserção duradoura nos sectores mais precários do mercado de trabalho representa contraste e vulnerabilidade à exclusão social, os trajectos de mobilidade ascendente, conduzindo à diferenciação vertical dos imigrantes segundo uma configuração estrutural idêntica à da população receptora, representam continuidade e integração.

Se, nos primeiros anos de estadia, é comum e menos problemático que imigrantes laborais se posicionem massivamente nos segmentos desprivilegiados da economia, já a sua permanência nesses segmentos numa fase adiantada do ciclo migratório, quando se tem atrás de si um percurso profissional de vinte ou mais anos, é indício claro de dificuldades no processo de integração. Poderá mesmo falar-se, em certas circunstâncias, de situações de exclusão social consolidadas e de reprodução virtual dessas situações na geração seguinte.

Dispomos já hoje, em Portugal, de um conjunto considerável de estudos sobre a composição social de populações imigrantes. Trabalhos desse tipo têm sido feitos de forma contínua, desde há muitos anos, sobre a imigração em geral

(Saint-Maurice e Pires, 1989; Esteves, 1991; Costa e Pimenta, 1991; Perista e Pimenta, 1993; Luvumba, 1997; Bastos e Bastos, 1999; Pires, 1999, 2002, 2003), sobre a imigração cabo-verdiana (Amaro 1985, 1986; França e outros, 1992; Saint-Maurice, 1997; Gomes, 1999), guineense (Machado, 2002a), indiana (Malheiros, 1996), ucraniana (Baganha, Marques e Góis, 2004) e brasileira (Casa do Brasil, 2004). Disponemos igualmente de alguns estudos especificamente dedicados às modalidades de participação de imigrantes no mercado de trabalho (Ávila e Alves, 1993; Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999, 2002; Marques, Oliveira e Dias, 2002; Peixoto, 2002; Oliveira, 2004).

Nenhum desses estudos, no entanto, se debruçou de modo particular sobre as trajetórias socioprofissionais de imigrantes e, por essa via, sobre as suas dinâmicas de mobilidade social. A questão da mobilidade não deixa de ser colocada expressamente em alguns deles (Perista e Pimenta, 1993), ou até discutida de forma alargada (Machado, 2002a, 2002b), mas sem informação empírica ampla. Num caso particular, há informação empírica abundante, mas ela é apresentada em bruto, apenas superficialmente analisada (Gomes, 1999: 97-99). Por seu lado, os estudos extensivos sobre mobilidade social e trajetórias de classe da população em geral, que também não são numerosos (Almeida, Costa e Machado, 1994; Estanque e Mendes, 1997; Machado e Costa, 1998), não incluíram, que se saiba, inquiridos imigrantes ou de origem imigrante, e se o fizeram foi de forma residual.

Diga-se, de resto, que a escassa informação disponível sobre trajetórias sociais de imigrantes é devida não só à falta de quem as estude, mas também à relativa inexistência, até há alguns anos, do que estudar. Com efeito, tendo em conta os calendários de chegada das diferentes populações imigrantes estabelecidas em Portugal, só agora começamos a ter segmentos significativos dessas populações com tempos de residência suficientemente longos para que o estudo da mobilidade social faça sentido.

No plano internacional, as numerosas investigações de Alejandro Portes e de outros sociólogos que com ele têm trabalhado, na óptica da chamada sociologia económica das migrações, fornecem um quadro de referência, teórico e empírico, amplo e muito rico para este domínio de pesquisa.

Portes (1999) tipifica quatro modalidades principais de incorporação de imigrantes nos mercados de trabalho das sociedades receptoras: mercado de trabalho primário, mercado de trabalho secundário, enclaves étnicos e minorias intermediárias. Cada uma destas modalidades distingue-se das outras em várias dimensões, como sejam, o volume e o nível de concentração espacial de cada população em particular, a composição de classe na origem e no presente, a diversificação institucional interna e o grau de preservação da cultura étnica.

Uma dimensão que merece destaque particular, no contexto deste artigo, é a das “oportunidades de mobilidade”. Se no caso dos imigrantes no mercado de trabalho primário e em situação de enclave, as oportunidades são elevadas, ainda que por via formal no primeiro caso e por via de “meios étnicos informais” no segundo, os imigrantes no mercado de trabalho secundário têm fracas oportunidades de mobilidade e os das minorias intermediárias oportunidades médias (*idem*: 58-63).

É justamente de trajetórias socioprofissionais de dois grupos de imigrantes — cabo-verdianos e indianos hindus — que trata este artigo. Os dados que apresentamos resultam de um estudo empírico extensivo realizado no âmbito do projecto internacional LIMITS, que toma como objecto as trajetórias sociais, colectivas e individuais, de populações imigrantes de origens diversas, em cinco cidades da União Europeia (Viena, Amsterdão, Bielefeld, Uppsala e Lisboa).¹

A metodologia adoptada foi a reconstituição fina das biografias sociais de imigrantes, com 35 ou mais anos de idade e com um mínimo de 15 anos de residência nos países de acolhimento, começando pelo plano especificamente migratório e alargando-se a aspectos residenciais, familiares, profissionais e de sociabilidades. O instrumento de pesquisa utilizado foi um inquérito por questionário muito detalhado a uma amostra de 600 inquiridos, 300 cabo-verdianos e 300 hindus, residentes na região de Lisboa (Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal), cuja aplicação decorreu entre Março e Outubro de 2004.²

Através desse inquérito, reconstituíram-se as trajetórias socioprofissionais dos inquiridos, tomando como referência a sua situação em quatro momentos distintos: os dois últimos anos antes da vinda para Portugal; um ano após a chegada; o ano de meio percurso; e o ano de aplicação do inquérito.

Neste artigo, começa-se por comparar as condições perante o trabalho, ramos de actividade e categorias profissionais em cada um desses tempos de referência. Trata-se, portanto, de observar processos de mobilidade estrutural através da comparação de um mesmo conjunto de indicadores em quatro momentos da trajetória colectiva dessas duas populações específicas. Posteriormente, na óptica da mobilidade social e já não da mobilidade estrutural, são identificadas, usando esses mesmos indicadores, trajetórias individuais típicas.

Vale a pena lembrar, para fechar esta introdução, que as duas populações aqui em causa têm perfis bastante diferentes, a vários níveis, dos quais se pode destacar o estatuto jurídico, o calendário migratório e as modalidades de inserção no mercado de trabalho português.

Em termos de estatuto jurídico, os hindus são maioritariamente detentores de nacionalidade portuguesa, o que já não acontece com os cabo-verdianos, embora seja crescente o número daqueles que acederam entretanto à cidadania nacional; no que respeita ao calendário migratório, o dos hindus é mais concentrado no tempo, com grande parte deles a chegarem a Portugal, vindos de Moçambique, na primeira metade dos anos 80 do século passado, enquanto os imigrantes cabo-verdianos começam a chegar ainda nos anos 60 e com maior intensidade a partir de 1974; no que toca às modalidades de inserção no mercado de trabalho, entre os primeiros

1 *Immigrants and Ethnic Minorities in European Cities: Life-Courses and Quality of Life in a World of Limitations*, projecto coordenado pelo Centre for Social Innovation de Viena, em que a parceria portuguesa foi da responsabilidade do CIES-ISCTE, com a coordenação dos autores.

2 No caso cabo-verdiano, optou-se por uma amostra estratificada segundo critérios de sexo, idade, concelho de residência e classe social. No caso hindu, porque não há informação estatística que permita conhecer, mesmo que genericamente, as características do universo, optou-se por um processo de amostragem em “bola de neve”.

predomina o assalariamento pouco qualificado e, entre os segundos, o trabalho por conta própria, com ou sem empregados.³

Recomposições na condição perante o trabalho

Mas como é que esses perfis socioprofissionais evoluíram ao longo do percurso migratório? Mantiveram-se idênticos desde o início da estadia ou houve processos de diferenciação? E que contrastes e continuidades se verificaram entre o período pré-migração e o período pós-migração? Vejamos como se distribui cada um dos indicadores seleccionados — condição perante o trabalho, ramo de actividade e categoria profissional — nos quatro momentos referidos.

No quadro 1, respeitante à condição perante o trabalho, podemos ver que há alterações notórias, mas também continuidades significativas, ao longo de todo o trajecto, desde logo quando se compara o antes e o depois da migração. A consideração de um tempo de referência anterior à chegada é, note-se, especialmente importante em termos analíticos. Ela permite pôr em prática, ainda que de forma apenas indicativa, aquela que é a estratégia metodológica mais adequada para o estudo das migrações, e que consiste em tomar os imigrantes por referência quer à sociedade de chegada quer à sociedade de partida, o que fornece uma visão mais completa do que está em causa nos processos migratórios.

No caso cabo-verdiano, a experiência anterior de trabalho assalariado era já a mais comum e continua a sê-lo logo após a chegada. O assalariamento é, portanto, para a grande maioria dos cabo-verdianos, uma experiência de continuidade social. Já o trabalho por conta própria, em que estavam envolvidos 22% dos inquiridos, praticamente deixa de existir. No caso hindu, é justamente ao nível do trabalho por conta própria, com ou sem empregados, que se verifica uma notável continuidade. A percentagem dos que se encontravam no conjunto destas duas condições perante o trabalho antes e logo após a chegada até aumenta ligeiramente (de 41% para 46%), embora com uma distribuição interna inversa, isto é, os trabalhadores por conta própria (sem empregados) aumentam e os patrões diminuem.

Por seu lado, o número de mulheres domésticas diminui sensivelmente do lado cabo-verdiano (de 18% para 10%) e mantém-se num patamar muito mais elevado, subindo até um pouco, do lado hindu (de 34% para 36%); os estudantes constituem segmentos muito minoritários, que variam muito pouco, mas em sentidos contrários, nos dois casos; e há, ainda, um número não desprezável de cabo-verdianos desempregados antes de virem para Portugal.

Como se podem entender estas recomposições parciais na condição perante o trabalho entre os dois primeiros momentos dos trajectos migratórios?

Entre os indianos hindus, como já foi demonstrado por outros trabalhos (Ávila e Alves, 1993; Malheiros, 1996; Dias, 2002), a importância quantitativa do regime de

3 Para uma visão de conjunto sobre os perfis das duas populações, que integra e sintetiza resultados de muitos estudos anteriores, ver Bastos e Bastos (1999).

Quadro 1 Condições perante o trabalho em quatro momentos das trajectórias sociais de cabo-verdianos e hindus (em percentagem)

Condições perante o trabalho	Dois últimos anos antes da vinda	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
<i>Cabo-verdianos</i>				
Trabalhador com contrato	42,2 (75,2)	38,9 (51,6)	59,2 (66,0)	41,4 (61,3)
Trabalhador precário (sem contrato)	—	28,5 (37,8)	18,2 (20,2)	14,2 (21,1)
Trabalhador a tempo parcial	1,8 (3,2)	6,6 (8,8)	6,2 (6,9)	4,1 (6,0)
Trabalhador por conta própria	12,1 (21,6)	1,0 (1,4)	2,7 (3,1)	4,1 (6,0)
Patrão	—	0,3 (0,5)	3,4 (3,8)	3,7 (5,5)
Desempregado	7,6	—	1,0	7,1
Doméstica	17,5	10,1	6,5	8,8
Estudante	10,8	13,2	0,3	—
Reformado	—	0,3	1,7	12,2
Doença	—	0,3	0,7	4,1
Outra situação	8,1	0,7	—	0,3
Total	100,0 (n=223)	100,0 (n=288)	100,0 (n=292)	100,0 (n=295)
<i>Hindus</i>				
Trabalhador com contrato	24,3 (48,8)	21,7 (40,9)	27,0 (40,6)	20,5 (30,9)
Trabalhador precário (sem contrato)	—	4,3 (8,1)	3,0 (4,6)	4,1 (6,2)
Trabalhador a tempo parcial	5,2 (10,4)	2,5 (4,7)	1,7 (2,5)	2,4 (3,6)
Trabalhador por conta própria	7,6 (15,2)	16,4 (30,9)	16,2 (24,4)	18,5 (27,8)
Patrão	12,7 (25,6)	8,2 (15,4)	18,6 (27,9)	20,9 (31,4)
Desempregado	1,6	—	—	4,5
Doméstica	34,3	36,3	32,1	26,0
Estudante	13,9	10,3	0,7	—
Reformado	—	—	0,3	1,7
Doença	—	0,4	0,3	1,4
Outra situação	0,4	—	—	—
Total	100,0 (n=251)	100,0 (n=281)	100,0 (n=296)	100,0 (n=292)

Nota: Entre parênteses, as percentagens calculadas apenas sobre o total dos activos com profissão.

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004.

trabalho independente ou de pequeno patronato de base familiar é uma realidade pluri-geracional historicamente consolidada, que remonta ao período em que os seus ascendentes (pais ou avós) foram da Índia para Moçambique ou mesmo a uma fase anterior.

A vinda para Portugal correspondeu, assim, a mais uma transposição espacial, bem sucedida, dessa experiência de longa duração. Sem que tenha aumentado a fracção dos trabalhadores por conta de outrem — aliás, até diminuiu ligeiramente —, parte dos que em Moçambique eram patrões passou, no entanto, à condição de trabalhador por conta própria. Essa mudança defensiva da condição de patrão para a de trabalhador por conta própria é um comportamento esperável se se pensar que se tratava de enfrentar um novo e pouco conhecido contexto societal e económico, em que o início de actividade empresarial representava exigências e riscos acrescidos, sobretudo num período (fim dos anos 70, início dos anos 80) em que a conjuntura económica portuguesa era pouco favorável.

Já do lado dos cabo-verdianos, o reforço do assalariamento, nomeadamente

em modalidades de trabalho precário, isto é, trabalho sem contrato na construção civil ou no serviço doméstico, corresponde às características dos segmentos da economia disponíveis para absorção imediata e massiva de imigrantes com fracas possibilidades de mercado, seja em termos de qualificações escolares e profissionais seja em termos de capitais económicos. O facto de não haver registo de trabalho precário no país de origem não se deve à sua inexistência, mas ao facto de o indicador utilizado no inquérito só fazer essa distinção para as profissões desempenhadas no país de acolhimento. Dadas as características da economia de origem, é muito provável que o assalariamento tenha sido frequentemente também de tipo precário, o que significa, uma vez mais, alguma continuidade de experiência entre o pré e o pós-migração.

Os que antes eram trabalhadores por conta própria eram-no ou no sector agrícola ou no sector do comércio e serviços, ambos incapazes de proporcionar qualquer acumulação significativa de recursos, numa economia globalmente pobre, onde a agricultura se cinge a um regime mínimo da subsistência e muitas actividades comerciais e de prestação de serviços têm carácter informal e precário. A fragilidade do contexto económico de origem explicará também a circunstância de haver alguns desempregados entre os que então vieram para Portugal.

Se a passagem dos ex-trabalhadores por conta própria, de uma situação de dependência laboral para uma situação de venda de força de trabalho significa uma mudança qualitativa importante em termos de relações de classe, em termos de mobilidade social essa mudança está mais perto de representar promoção de estatuto do que o contrário, devido justamente à debilidade das actividades profissionais desenvolvidas no país de origem

A redução do número de mulheres domésticas cabo-verdianas, por sua vez, entende-se à luz de uma migração orientada por motivações laborais e económicas e de uma cultura profissional onde o assalariamento é a experiência mais comum. Vir para Portugal é, igualmente, para muitas delas, começar a trabalhar fora de casa.

Já no caso dos hindus, a manutenção de um elevado número de domésticas resultará do efeito conjugado de dois factores: por um lado, o peso de imposições culturais nas relações sociais de género que prevêem mais dificilmente que a mulher possa trabalhar autonomamente no exterior; por outro lado, a resistência ao assalariamento por parte de membros de uma população em que a norma é o trabalho por conta própria, e que leva a que quando as mulheres trabalham o façam, o mais das vezes, no quadro de actividades económicas independentes de âmbito familiar. Em todo o caso, a (auto)atribuição às mulheres hindus do estatuto de “doméstica” deve ser tomada com reserva. Para muitas delas, nesse quadro de actividade independente familiar, será pouco nítida a fronteira entre papéis domésticos e papéis profissionais.

Entre os primeiros anos de estadia em Portugal e 2004, passando pelo ano correspondente ao meio percurso, a configuração geral das condições perante o trabalho das duas populações alterou-se consideravelmente, sem que tenha deixado de haver, contudo, algumas linhas de continuidade.

Quanto aos economicamente activos, acentua-se o que de início já

diferenciava cabo-verdianos e hindus. Enquanto os primeiros se mantêm genericamente em regime de assalariamento, embora com recomposições internas que comentaremos adiante, os segundos reforçam progressivamente o estatuto de trabalhadores independentes, com ou sem empregados. Assim, temos, em 2004, que 59% dos hindus são patrões ou trabalhadores por conta própria e 88% dos cabo-verdianos são trabalhadores por conta de outrem. Não deixam de merecer menção, ainda assim, os 12% de cabo-verdianos que “escaparam” ao assalariamento. No princípio da estadia no país os que tinham essa situação na profissão não chegavam a 2%.

O trajecto colectivo dos hindus, bem como o da pequena minoria de cabo-verdianos que se liberta da condição assalariada em segmentos desqualificados do mercado de trabalho, pode ser visto como mais uma confirmação de que a estrutura de classes em Portugal é relativamente permeável no que toca ao acesso à propriedade, facto anteriormente revelado em estudos nacionais sobre classes e mobilidade social (Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Estanque e Mendes, 1997).

Mas, no caso hindu, esse acesso ocorre a uma escala tão larga que ele não pode ser explicado somente pelas características de permeabilidade da estrutura social portuguesa. Jogam-se aí, decisivamente, factores endógenos, nomeadamente os capitais económicos e profissionais transportados com a migração de Moçambique para Portugal, multiplicados pelo capital social resultante de uma rede densa de contactos e solidariedades intragrupo.

Poderá, então, dizer-se que, nos termos da tipologia dos modos de incorporação económica de imigrantes elaborada por Portes (1999), os hindus encaixam no tipo que ele designa por minoria intermediária? Se os quase 60% de trabalhadores por conta própria, com ou sem empregados, nos levam, numa primeira análise, a dizer que sim, como entender que existam 40% de activos que são trabalhadores por conta de outrem? Para encaixe pleno no tipo “minorias intermediárias” não seria preciso que a percentagem de patrões e trabalhadores por conta própria fosse ainda maior? Será caso para dizer que estamos perante uma minoria intermediária incompleta?

O próprio Portes, no trabalho em que apresenta a sua tipologia, não fornece elementos para responder satisfatoriamente a esta questão. Como veremos adiante, outros dados recolhidos através do inquérito que aqui vem sendo utilizado permitem perceber, com mais rigor, a localização desses trabalhadores por conta de outrem no mercado de trabalho e também o seu perfil social, o que ajudará a clarificar a dúvida que para já nos limitamos a deixar formulada.

Quanto à permanência dos cabo-verdianos numa situação generalizada de assalariamento, ela não significa, como se disse, que, sob esse regime comum, não aconteçam alterações importantes. Entre o período inicial de vida em Portugal e o ponto correspondente a meio percurso, prolongando-se depois até ao presente, dá-se uma redução sensível da percentagem de trabalhadores precários. Tendo em conta a fragilidade desse tipo de ligação ao mercado de trabalho, a começar pela inexistência de contrato, tal redução não deixará de se reflectir positivamente na condição social dos envolvidos.

O reverso da medalha é o facto de, após um tempo de estadia longo — recorde-se que os inquiridos têm, no mínimo, 15 anos de residência em Portugal, e alguns bastante mais do que isso —, um quinto dos cabo-verdianos com profissão continuar em situação de precariedade laboral. Mais do que em qualquer outro, este é um caso em que se pode falar verdadeiramente de um caminho limitado de integração social.

Completando a análise do trajecto colectivo da população economicamente activa, uma nota sobre os desempregados. Se, nos dois primeiros momentos do percurso em Portugal, ou não havia desempregados ou havia-os apenas marginalmente no caso cabo-verdiano, em 2004 eles aparecem, tanto de um lado como do outro, com expressão significativa. A conjuntura de desemprego elevado que Portugal vem atravessando nos últimos anos atinge, como se vê, as duas populações, embora em medida desigual, com os hindus a registarem menos desemprego do que os cabo-verdianos. A posição de minoria intermediária parece deixar os membros da comunidade hindu menos vulneráveis ao desemprego do que os de uma população muito dependente do trabalho externo por conta de outrem.

No que respeita aos não activos, as mudanças são notórias. Desaparecem os estudantes, reduz-se a percentagem de domésticas e, do lado cabo-verdiano, surgem pela primeira vez com expressão importante reformados e também pessoas incapacitadas para o trabalho por motivos de doença.

O caso dos estudantes é fácil de explicar. Trata-se daqueles que chegaram na juventude ou na infância, que nos primeiros anos de estadia em Portugal estavam ainda a frequentar o sistema de ensino e que, entretanto, transitaram para a população activa. Recorde-se que estão aqui em análise, apenas, inquiridos com 35 ou mais anos de idade e não os seus descendentes, entre os quais a população estudantil é obviamente numerosa.

No que se refere às domésticas, a redução do seu peso relativo é esperável no contexto de migrações em que, mesmo quando as motivações económicas não constituem a primeiríssima razão, como acontece com os hindus, que, como outros grupos de origem indiana, saíram de Moçambique também por razões políticas, elas não deixam de representar um factor de decisão influente. Para muitas mulheres, a mudança e permanência num novo país traz consigo, também, uma mudança de condição perante o trabalho, com a transição imediata ou a prazo do grupo dos economicamente inactivos para o dos economicamente activos.

O facto de a percentagem de domésticas hindus continuar a ser relativamente alta, em 2004, bem acima da que se verifica entre as mulheres cabo-verdianas e da que se conhece para outras populações imigrantes, não significa que estejamos propriamente perante uma excepção plena, mesmo tendo em conta o efeito já mencionado de inércia cultural de normas que restringem a autonomização profissional feminina.

Pelo menos no que toca às famílias de trabalhadores independentes e de pequenos patrões, não se tratará, como se sugeriu atrás, de domésticas “puras”, que ficam em casa enquanto os respectivos cônjuges vão trabalhar, mas de mulheres que participam de forma mais ou menos directa na gestão da pequena empresa ou negócio familiar. Algumas hindus que declararam ter como condição perante o

trabalho as “tarefas domésticas” foram inquiridas no próprio estabelecimento comercial da família, onde afirmaram estar a maior parte do tempo.

Ainda quanto às domésticas, não é de excluir, por outro lado, que a autodeclaração como tal corresponda, em algumas situações, a casos de desemprego oculto, em contexto de desemprego elevado. Isso explicaria por que razão a percentagem de domésticas cabo-verdianas é inesperadamente maior em 2004 do que no ponto de meio percurso e aplicar-se-ia eventualmente também a algumas mulheres hindus.

O aparecimento, em 2004, de um sector de reformados, ainda poucos entre os hindus, mas já em percentagem importante nos cabo-verdianos, demonstra, finalmente, que estamos perante populações com um tempo de residência suficientemente longo para que alguns dos seus membros tenham completado o ciclo individual próprio de uma migração económica. Do mesmo modo podem interpretar-se os casos de cabo-verdianos que se declararam incapacitados para o trabalho por motivos de doença, situações em que se associam factores de idade avançada e de desgaste físico provocado pelo desempenho duradouro de actividades profissionais pesadas.

A formação de uma nova categoria de reformados tendencialmente pobres marcará fortemente o futuro da imigração em Portugal a médio prazo, colocando problemas novos em termos da integração social de imigrantes. Trata-se de uma realidade que não pode senão crescer. Por um lado, como se vê, não há nenhum automatismo entre passagem à condição de reformado e regresso ao país de origem. A sedentarização de imigrantes, embora mais forte nas gerações de descendentes, também é um facto entre os mais velhos da primeira geração. Por outro lado, porque muitos destes imigrantes, por via de salários baixos ou de trajectórias contributivas irregulares, ou pela acumulação das duas coisas, têm ou virão a ter pensões de reforma magras, ficando, portanto, do ponto de vista dos rendimentos, e por via dos mesmos processos, em condição semelhante à de muitos idosos autóctones.

Recomposições nos ramos de actividade

Um indicador privilegiado para responder às questões colocadas no início do artigo, relativas ao tipo de trajectórias socioprofissionais percorridas por cabo-verdianos e hindus, é o do ramo de actividade económica em que estão inseridos os profissionalmente activos. No quadro 2 podemos ver como se distribuíam os inquiridos das duas populações pelos vários ramos em cada um dos quatro momentos de referência considerados.

Tal como já havia sido revelado pela análise das condições perante o trabalho, verifica-se também agora que há contrastes e continuidades, quer na transição do período pré-migração para o período pós-migração quer no curso da estadia em Portugal. Se é verdade que as migrações são sempre fenómenos de mudança nas sociedades de partida e chegada e na vida dos próprios migrantes, é igualmente verdade, e isso nem sempre é devidamente assinalado, que elas não se fazem só de mudanças.

Quadro 2 Ramos de actividade económica em quatro momentos das trajectórias sociais de cabo-verdianos e hindus (em percentagem)

Ramos de actividade económica	Dois últimos anos antes da vinda	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
<i>Cabo-verdianos</i>				
Agricultura e pesca	20,8	0,5	1,1	1,5
Indústria transformadora	1,6	2,8	2,7	2,0
Construção civil	17,6	41,0	33,2	32,2
Comércio, restauração, hotelaria, serviços	32,8	23,0	34,4	37,2
Administração pública, saúde, ensino	22,4	6,0	11,8	12,1
Serviço doméstico	4,8	26,7	16,8	15,1
Total	100,0 (n=125)	100,0 (n=217)	100,0 (n=262)	100,0 (n=199)
<i>Hindus</i>				
Agricultura e pesca	0,8	—	—	—
Indústria transformadora	5,6	1,3	1,0	0,5
Construção civil	6,4	20,8	14,7	6,7
Comércio, restauração, hotelaria, serviços	83,2	73,2	79,7	87,6
Administração pública, saúde, ensino	3,2	3,4	3,6	4,1
Serviço doméstico	0,8	1,3	1,0	1,0
Total	100,0 (n=125)	100,0 (n=149)	100,0 (n=197)	100,0 (n=194)

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004.

A vinda para Portugal representou para os cabo-verdianos uma total modificação da experiência profissional anterior em três casos bem visíveis: o dos que trabalhavam na agricultura e pesca, o que praticamente deixa de se verificar; o dos que trabalhavam na administração pública, o que, um ano após a chegada, só continua a ser verdade para uma pequena minoria; e, em sentido contrário, o das mulheres empregadas em serviços domésticos, algo que só acontecia residualmente no país de origem e que passa a ser uma das situações mais frequentes após a migração.

Já a inserção no ramo do comércio e serviços é um caso de continuidade, o mesmo podendo dizer-se, em parte, e este é um dado menos conhecido, da participação no ramo da construção civil. Com efeito, embora essa participação aumente consideravelmente logo após a chegada, para um bom número de homens cabo-verdianos ela estava longe de ser uma realidade desconhecida no seu país.

Para os hindus, por sua vez, há a registar o facto, apesar de tudo surpreendente, de 83% deles terem estado, antes da vinda, no sector do comércio. Ou seja, os hindus eram, em Moçambique, sem margem para dúvidas, uma minoria intermediária plenamente constituída, nos termos em que Portes a tipifica. Isso altera-se, no entanto, com a entrada de uma percentagem significativa de homens (21%) na construção civil logo após a chegada a Portugal, sendo que a presença em actividades terceiras continua residual.

A existência de um segmento da população hindu ligado ao sector da

construção civil já havia sido detectada em trabalhos anteriores. No estudo de Malheiros (1996: 150; 168) sobre as comunidades indianas na região de Lisboa, mostra-se, com base em dados de um inquérito de 1992, que há um segmento da população hindu (30% da amostra inquirida) cuja inserção no mercado de trabalho em Portugal se faz justamente na construção civil. O autor acrescenta que essa ligação à construção civil já vem, em parte, de trás, incluindo por razões culturais. Os hindus ligados ao sector da construção em Portugal inquiridos na altura pertenciam a uma casta particular de pedreiros.

Há, portanto, convergência de resultados entre os dois inquéritos, embora algum desfasamento de datas, já que o momento em que o nosso inquérito regista o máximo de hindus na construção civil é o que corresponde ao ano após a chegada, ou seja, início dos anos 80, *grosso modo*, e o inquérito de Malheiros se refere ao início dos anos 90. Em todo o caso, trata-se de uma confirmação da presença de hindus na construção civil, enquanto trabalhadores por conta de outrem, o que concorre no sentido de reforçar a questão, já colocada antes, de saber se a completude da condição de minoria intermediária não se perde para os hindus com a vinda para Portugal.

Interessa, porém, ver o que acontece à medida que se prolonga a estadia. E aí o que se verifica é que aqueles que não tinham conseguido manter as actividades comerciais após a chegada vão retornando progressivamente a elas. A meio percurso, já são só 15% aqueles que laboram no sector da construção e, em 2004, esse número cai para 7%. Ou seja, o trabalho na construção civil parece ter sido apenas recurso de passagem para aqueles que, com a migração, não conseguiram assegurar imediatamente a continuidade desejada no sector do comércio ou que não conseguiram transitar para ele a partir de outras actividades, como é o caso desses poucos que trabalhavam na construção civil em Moçambique.

Como vimos no quadro 1 e como se pôde confirmar cruzando directamente as variáveis “condição perante o trabalho” e “ramo de actividade”, o regresso ou transição para o sector do comércio não significa, no entanto, que se deixe a condição de assalariado. Mas, mesmo não a deixando, os hindus preferem tê-la no ramo e nos segmentos específicos onde se encontra a maioria dos seus co-étnicos do que num ramo “externo” e estranho.

Mais do que isso, muitos dos inquiridos nestas circunstâncias são assalariados de outros hindus que mantiveram o estatuto de pequenos empregadores à chegada a Portugal ou que o (re)conquistaram já no curso da estadia no país. Embora o nosso inquérito não tenha nenhum indicador directo que permita aferir rigorosamente quantos dos assalariados hindus têm patrões hindus ou outros patrões de origem indiana, essa realidade foi frequentemente observada durante o trabalho de terreno e é reiterada por outros estudos, quer o já citado trabalho de Malheiros (1996: 152) quer um outro sobre as modalidades de integração dos imigrantes em geral no mercado de trabalho (Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002: 131).

Para os cabo-verdianos, por seu turno, o desenrolar do trajecto migratório traz menor dependência dos ramos de actividade onde as inserções profissionais são frequentemente mais precárias. Sem deixarem de continuar a absorver efectivos importantes, tanto a construção civil como o serviço doméstico vêm o seu

peso reduzido, de 41% para 32% no primeiro caso e de 27% para 15% no segundo, a benefício, principalmente, do ramo do comércio e serviços, que passa de 23% para 37%, mas também do da administração pública, saúde e ensino.

Mesmo que não se possa falar aqui de mobilidade social ascendente, é um sinal de que há, pelo menos, alguma transição de segmentos mais instáveis do mercado de trabalho (tipicamente a construção civil e o serviço doméstico) para segmentos mais estáveis. Note-se, no entanto, que tal transição ocorre principalmente entre o início da estadia em Portugal e o ano de meio percurso. Entre este último e 2004, os valores respectivos já diminuem muito pouco, dando a entender que as oportunidades para essa transição se terão, entretanto, esgotado.

A presença residual nos dois restantes ramos de actividade, por fim, tem significados diferentes. Se a própria localização geográfica dos inquiridos excluía, à partida, que se encontrasse muitos cabo-verdianos na agricultura, já no que respeita à indústria transformadora era de esperar maior participação. Como outras pesquisas tinham já mostrado (Gomes, 1999; Machado, 2002a), este é um sector que tem permanecido globalmente fechado à presença significativa de imigrantes africanos, o que, de resto, justificaria uma investigação à parte, até pelo facto de o mesmo já não acontecer com populações imigrantes mais recentes, como as provenientes de países do Leste da Europa.

Recomposições nas categorias profissionais

O último indicador a analisar, no que à mobilidade global das duas populações diz respeito, é o que se refere às categorias profissionais em que cabo-verdianos e hindus têm estado inseridos desde o período pré-migração até à actualidade (quadro 3).

A primeira observação a fazer é que nos deparamos, em todos os quatro momentos, com distribuições de categorias profissionais que configuram estratificações sociais completas. Isso já era visível quando analisámos a condição perante o trabalho, através da distinção nítida entre patrões, trabalhadores por conta própria e assalariados, as três categorias que estão na base das tipologias classistas clássicas. Mas agora percebem-se os contornos que faltavam nessa estratificação, particularmente no que toca aos recursos em qualificações e autoridade hierárquica associados ao desempenho profissional assalariado.

Temos, assim, desde os quadros dirigentes, profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias, até aos operários industriais e dos transportes e aos trabalhadores da construção civil, passando pelo pessoal administrativo, pessoal dos serviços e vendedores — do qual foram autonomizadas, por razões analíticas, tendo em conta a importância destas duas profissões no trabalho imigrante feminino, as empregadas de limpeza e as empregadas domésticas —, e agricultores e pescadores. Estamos, portanto, perante mais uma confirmação de que, longe de serem socialmente homogéneas, as populações migrantes têm, geralmente, a sua própria estratificação interna, mais ou menos contrastante com a da população em geral (Machado, 2002a), embora a minoria hindu seja manifestamente menos

Quadro 3 Categorias profissionais em quatro momentos das trajetórias sociais de cabo-verdianos e hindus (em percentagem)

Categorias profissionais	Dois últimos anos antes da vinda	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
<i>Cabo-verdianos</i>				
Quadros superiores, prof. intelectuais e científicas, prof. intermédias	6,4	2,3	7,6	12,6
Pessoal administrativo	9,6	1,4	3,4	3,5
Pessoal dos serviços e vendedores	31,2	12,9	20,6	19,1
Empregadas de limpeza	0,8	8,8	12,2	15,1
Empregadas domésticas	4,8	25,8	16,8	14,6
Agricultores e pescadores	20,8	1,4	1,1	0,5
Operários	8,8	7,4	8,0	3,0
Trabalhadores da construção civil	17,6	40,1	30,2	31,7
Total	100,0 (n=125)	100,0 (n=217)	100,0 (n=262)	100,0 (n=199)
<i>Hindus</i>				
Quadros superiores, prof. intelectuais e científicas, prof. intermédias	9,7	4,7	8,1	8,2
Pessoal administrativo	6,5	5,4	5,1	4,6
Pessoal dos serviços e vendedores	67,7	59,7	68,5	71,6
Empregadas de limpeza	—	2,0	1,5	5,7
Empregadas domésticas	—	1,3	0,5	0,5
Agricultores e pescadores	0,8	1,3	1,0	—
Operários	8,9	4,7	2,0	3,1
Trabalhadores da construção civil	6,5	20,8	13,2	6,2
Total	100,0 (n=124)	100,0 (n=149)	100,0 (n=197)	100,0 (n=194)

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004.

heterogénea do que a cabo-verdiana, dado o peso desproporcionado que nela tem a categoria do pessoal dos serviços e vendedores, nomeadamente estes últimos.

Algumas das linhas de continuidade e mudança de composição profissional ao longo do percurso migratório foram já antevistas, indirectamente, aquando da análise dos indicadores da condição perante o trabalho e, sobretudo, do ramo de actividade. Vale a pena, de qualquer modo, sublinhar algumas delas e chamar a atenção para outras que só agora ficam evidentes.

No que toca aos cabo-verdianos, o recuo da proporção de trabalhadores da construção civil entre o início da estadia e o ano de meio percurso (de 40% para 30%) confirma a saída desse ramo de actividade de uma parte significativa dos imigrantes que nele estavam de início. Contudo, daí para cá, a situação manteve-se idêntica, tendo até havido um ligeiríssimo crescimento do número relativo de inquiridos nessa categoria. Não só esse continua a ser, portanto, ao fim de muitos anos de residência em Portugal, o grupo profissional quantitativamente mais importante, como parecem entretanto ter-se esgotado, como se disse atrás, as oportunidades de novas transições para outros segmentos do mercado de trabalho.

Outro movimento importante é a redução gradual da percentagem de empregadas domésticas em paralelo com o crescimento também gradual do número de empregadas de limpeza em empresas da especialidade. Como veremos a seguir, trata-se de fluxos protagonizados, no essencial, pelas mesmas pessoas. Não constituindo obviamente um exemplo de mobilidade social ascendente, não deixa de ser importante, na medida em que representa para estas imigrantes uma mudança para situações laborais formalizadas e, por isso, mais vantajosas. Na mesma linha, pode interpretar-se o aumento até meio do percurso, e posterior estabilização, do pessoal dos serviços e vendedores, em parte alimentado também por ex-empregadas domésticas.

Finalmente, destaque-se o crescimento progressivo da percentagem de quadros dirigentes, profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias até um valor de 13% em 2004. São quase todos indivíduos que atingiram níveis de escolaridade elevados já em Portugal, mas que no início do seu trajecto no país desempenharam transitoriamente profissões pouco qualificadas.

Em síntese, pode dizer-se que, apesar dessa pequena minoria de cabo-verdianos de estatuto social médio e alto, inseridos no mercado de trabalho primário, o das profissões qualificadas, garantidas e mais bem remuneradas, o perfil profissional global desta população mostra que ela é um exemplo claro do modo de incorporação que Portes identifica com a inserção no “mercado de trabalho secundário”. A manutenção desse perfil ao fim de um já longo tempo de residência em Portugal confirma, também, o que Portes considera ser uma das características desse modo de incorporação, a saber, as fracas oportunidades de mobilidade social de que dispõem os que nele estão inscritos.

É verdade que, ao longo dos anos, houve um número razoável de cabo-verdianos que se libertaram de situações de total precariedade, sem contrato de trabalho, e encontraram outras mais estáveis e formalizadas. Mas esses não são movimentos para fora do mercado secundário de trabalho a que Portes se refere. São apenas movimentos da periferia desse mercado para as suas zonas mais centrais.

Quanto aos hindus, há três pontos a destacar.

O primeiro é o crescimento, até aos 72%, acima inclusivamente do valor homólogo em Moçambique, do pessoal dos serviços e vendedores, que já era também a categoria profissional largamente maioritária um ano após a chegada. O segundo, que as alterações na distribuição por ramo de actividade já antecipavam, é a redução a um mínimo de 6% dos trabalhadores da construção civil, que chegaram a ser 21% na fase inicial. O terceiro é o número residual de mulheres hindus empregadas domésticas ou empregadas de limpeza, com o valor máximo das duas categorias somadas a ficar-se pelos 6%, já em 2004, o que representa um grande contraste com as mulheres cabo-verdianas.

Os regressos ou as novas entradas nos nichos económicos tradicionalmente ocupados pelos hindus, de que a análise das recomposições ocorridas nos ramos de actividade já tinha dado conta, são, portanto, confirmados pelas recomposições observadas nas categorias profissionais. Este indicador permite ver, além disso, que as profissões desempenhadas pelos hindus no ramo do comércio e serviços ganham alguma diferenciação vertical, já que é a esse sector e a empresas com

alguma dimensão e diferenciação organizacional que devem ser imputados, no essencial, os 8% de inquiridos que são quadros ou têm profissões qualificadas e os 5% de profissões administrativas.

Será, então, que se pode dizer, na posse destas informações adicionais, que, no fim do percurso assinalado em Portugal, os hindus reconquistam o estatuto de minoria intermediária que tinham em Moçambique? Os números relativos aos ramos de actividade e às profissões desempenhadas apontam exactamente nesse sentido. Quanto à condição perante o trabalho, a dúvida era como encaixar na definição de minoria intermediária 40% de trabalhadores por conta de outrem.

Neste momento, esse ponto já não é mais uma objecção. Para além de esses trabalhadores por conta de outrem, como vimos, se tornarem com o tempo, na sua grande maioria, assalariados “internos”, contratados por outros hindus, outro argumento no mesmo sentido é a estreita relação observada entre situação na profissão e idade, com a percentagem de assalariados a passar dos 43% na faixa dos 35-44 anos para 26% na dos 46-54 anos e para 8% na dos 55 e mais anos, acontecendo o oposto com a categoria dos patrões (24%, 34% e 47%) e dos trabalhadores por conta própria (20%, 37% e 33%).

O processo de reconstituição progressiva dos hindus como minoria intermediária parece, assim, ter passado, até agora, por dois mecanismos articulados: a interiorização gradual dos assalariados externos, que pouco a pouco vão encontrando emprego dentro do grupo co-étnico, e a estratificação etária das situações na profissão, deixando antever a possibilidade de os mais novos poderem vir a transitar a prazo da sua condição de assalariado para a de trabalhadores por conta própria ou patrões, tal como aconteceu com outros antes deles. Diga-se, de passagem, que mais difícil de reverter será a estratificação interna de género de que os nossos dados também dão conta: entre os homens havia, em 2004, 31% de assalariados e 40% de patrões, entre as mulheres as percentagens homólogas eram de 61% e 11%, respectivamente.

Trajectórias individuais típicas

A permanência da grande maioria dos imigrantes cabo-verdianos no sector secundário do mercado de trabalho e a reconstituição progressiva dos hindus como minoria intermediária podem comprovar-se agora através da identificação das trajectórias individuais mais comuns nas duas populações.

O que ficou para trás foi uma análise do perfil socioprofissional global de uns e outros, desde o período pré-migração até à actualidade, passando pelos pontos intermédios correspondentes ao primeiro ano após a chegada e ao ano de meio percurso. Dito por outras palavras, observámos a mobilidade estrutural de cabo-verdianos e hindus ao longo do seu trajecto migratório até ao momento de 2004 em que o inquérito foi realizado.

Se é certo que as linhas de continuidade e mudança em que se desdobrou essa mobilidade estrutural permitem perceber indirectamente o tipo de fluxos de mobilidade social que tiveram lugar, tal não dispensa a identificação directa dos trajectos individuais concretos.

Quadro 4 Oito trajetórias individuais típicas de caboverdianos e hindus em Portugal (em percentagem)

Trajetórias	MOMENTO 1		MOMENTO 2		MOMENTO 3		
	Um ano após a chegada	%	Ano de meio percurso	%	2004	%	
Caboverdianos	Condição perante o trabalho						
	1 (n=122)	Trab. com contrato	44	Trab. com contrato	83	Trab. com contrato	100
		Trab. precários	25	Trab. precários	8		
		Estudantes	20	Trab. a tempo parcial	5		
		Outros	11	Outros	4		
	Ramo de actividade						
	2 (n=89)	Construção civil (100)	100	Construção civil (84)	84	Construção civil	80
				Comércio e serviços (7)	7	Administração pública	10
				Administração pública	6	Comércio e serviços	8
				Outros (3)	3	Outros	2
3 (n=58)	Serviço doméstico	100	Serviço doméstico	57	Comércio e serviços	50	
			Comércio e serviços	35	Serviço doméstico	47	
			Administração pública	6	Outros	3	
			Outros	2			
Categoria profissional							
4 (n=87)	Trab. construção civil	100	Trab. construção civil	82	Trab. construção civil	83	
			Pessoal dos serviços e vendedores	11	Pessoal dos serviços e vendedores	14	
			Operários	6	Outros	3	
			Outros	1			
5 (n=56)	Emp. domésticas	100	Emp. domésticas	58	Emp. domésticas	43	
			Emp. de limpeza	23	Emp. de limpeza	35	
			Pessoal dos serviços e vendedores	19	Pessoal dos serviços e vendedores	22	
Hindus	Condição perante o trabalho						
	6 (n=61)	Patrões	33	Patrões	79	Patrões	100
		Trab. conta própria	28	Assalariados	10		
		Assalariados	26	Trab. conta própria	8		
		Outros	13	Outros	3		
	7 (n=54)	Trab. conta própria	47	Trab. conta própria	70	Trab. por conta própria	100
	Assalariados	26	Assalariados	15			
	Domésticas	18	Domésticas	11			
	Outros	9	Outros	4			
Categoria profissional							
8 (n=31)	Trab. construção civil	100	Trab. construção civil	58	Pessoal dos serviços e vendedores	57	
			Pessoal dos serviços e vendedores	32	Trab. construção civil	35	
			Operários	7	Operários	8	
			Outros	3			

Fonte: Inquérito LIMITS, CIES-ISCTE, 2004.

São esses trajectos que se apresentam no quadro 4. Trata-se não de uma matriz de mobilidade social clássica, mas de um quadro de caracterização de trajectórias individuais típicas tomando os três momentos do percurso migratório em Portugal. Há, obviamente, alguns casos que não se enquadram em nenhuma delas, mas os oito tipos de trajectórias em causa (cinco para cabo-verdianos, três para hindus) descrevem os movimentos individuais mais relevantes ao nível da condição perante o trabalho, do ramo de actividade e da categoria profissional.

Do lado cabo-verdiano, pode ver-se que 25% dos que, em 2004, eram trabalhadores estáveis, com contrato, eram, no início da estadia em Portugal, trabalhadores precários, sem contrato. Para estes inquiridos o prolongamento do tempo de residência trouxe, portanto, estabilização e melhoria relativa da condição de assalariado. Outros 20% eram estudantes, o que mostra a correlação entre capital escolar, sobretudo se adquirido já em Portugal, e estabilidade profissional. A análise do percurso inverso revela, com efeito, que muito poucos dos que começaram por ser estudantes vieram a tornar-se trabalhadores precários.

Outros dois tipos de trajectória individual a merecerem destaque são os dos que trabalhavam, de início, nos ramos da construção civil e do serviço doméstico e que, nos momentos posteriores, transitaram, respectivamente, para a administração pública e outros ramos e para o comércio e serviços.

A primeira destas trajectórias não é muito frequente (80% continuavam na construção civil, em 2004), mas é, em todo o caso, importante. Para os imigrantes africanos em geral, e não só, a construção civil é um ramo onde é fácil entrar mas de onde é difícil sair. Numa análise mais fina, que aqui não é possível, seria então preciso perceber porque é que enquanto a grande maioria dos imigrantes fica confinada a esse ramo até fases avançadas da vida profissional ou mesmo até ao fim dela, uma minoria consegue libertar-se dele num determinado momento do percurso e passar a trabalhar, por exemplo, para uma autarquia local ou nos CTT.

A segunda trajectória, pelo contrário, é relativamente comum. Das mulheres que começaram por trabalhar no serviço doméstico, mais de metade já nele não estava em 2004 e grande parte já dele tinha saído a meio do percurso. Comparando esta trajectória com a anterior, conclui-se que, apesar de tudo, a transição para situações de assalariamento mais estável é mais fácil no feminino. Se da construção civil é difícil sair, a multiplicação de empresas de limpezas ao longo dos anos permitiu a muitas mulheres imigrantes deixar o submercado de trabalho do serviço doméstico.

As duas últimas trajectórias-tipo dos cabo-verdianos constituem a confirmação, na óptica das categorias profissionais, do que acabou de se dizer. Dos trabalhadores da construção civil no momento primeiro, só 17% tinham deixado de o ser quando da realização do inquérito, ao passo que, das empregadas domésticas iniciais, 57% já não o eram no fim do percurso, tendo as restantes passado a empregadas de limpeza ou iniciado outras profissões do grupo do pessoal de serviços e vendedores.

As trajectórias-tipo dos hindus são em menor número porque, como se disse, é uma população menos heterogénea na sua composição e percurso. É relevante,

em todo o caso, perceber, agora no plano estritamente individual, como é que se constituíram as categorias dos patrões e dos trabalhadores por conta própria, que vimos serem maioritárias no momento do inquérito.

Assim, desses patrões e trabalhadores por conta própria, só 33% e 47%, respectivamente, o eram um ano após a chegada a Portugal. O acesso dos restantes à condição de trabalhador por conta própria deu-se, em primeiro lugar, a partir de situações de assalariamento, mas também, no caso feminino, partindo do estatuto de doméstica, uma forma de sair do espaço da casa mantendo-se dentro dos limites da família. O acesso à condição de patrão, por sua vez, ocorre, em primeiro lugar, a partir de situações de trabalho por conta própria, o que sugere percursos de aproximações sucessivas, mas também directamente a partir da condição de assalariado. Foram estas as duas trajectórias individuais típicas que deram corpo ao processo colectivo de reconstituição progressiva dos hindus como minoria intermediária.

A terceira e última trajectória hindu a merecer atenção é a dos que começaram por ser trabalhadores da construção civil. Em 2004, só 35% deles permaneciam nessa categoria profissional. A facilidade com que a maioria a abandonou contrasta vivamente com a inércia que se impõe aos cabo-verdianos com o mesmo tipo de profissão. A diferença está em que de um lado há uma população basicamente dependente do mercado de trabalho geral e do outro uma minoria que se vai auto-regulando em termos de actividade económica e criação de emprego.

Conclusão

Voltando ao ponto de partida deste texto, pode dizer-se que cabo-verdianos e indianos hindus têm percorrido caminhos distintos na sociedade portuguesa.

Os hindus constituem um exemplo do que Portes designa por “minorias intermediárias”, algo que já eram em Moçambique, que pareceu ficar parcialmente comprometido nos primeiros anos após a chegada a Portugal, mas que depois se vai reconstituindo progressivamente. Os que tiveram de deixar as actividades comerciais regressam a elas logo que podem e delas já não voltam praticamente a sair. Muitos assalariados, dentro ou fora do sector do comércio, tiveram oportunidade de ir passando à situação de trabalhadores por conta própria, com ou sem empregados.

Os cabo-verdianos, com excepção da pequena elite profissional que nada tem a ver com o perfil e as estratégias dos imigrantes laborais propriamente ditos, encaixam claramente num dos outros modos de incorporação identificados por Portes, o das populações inseridas no mercado de trabalho secundário e com fracas possibilidades de dele sair.

Por razões diferentes, podemos dizer que são ambos caminhos limitados de integração social, embora um deles seja mais limitado do que o outro.

No caso cabo-verdiano, vimos que, com o prolongamento do tempo de residência, um número razoável de inquiridos conseguiu deixar os empregos precários, sem contrato de trabalho, dos primeiros anos, e estabilizar e formalizar o seu estatuto de assalariados, o que representa, sem dúvida, um progresso pessoal. Mas essas pessoas não saíram do mercado de trabalho secundário, apenas se

deslocaram de segmentos mais informais para segmentos mais formais desse mercado. Os casos de verdadeira mobilidade social ascendente são raros. Há, além disso, que contar todos aqueles que, ao fim de 15, 20 ou mais anos em Portugal, continuam em situações de precariedade profissional com todas as consequências pessoais e familiares que daí advêm. Pelo menos em termos intrageracionais, os limites ao processo de plena integração social são óbvios.

A situação dos hindus é comparativamente melhor. A prova é a forma como eles têm progressivamente reconstituído em Portugal a minoria intermediária que eram em Moçambique, o que os torna menos contrastantes socialmente do que os cabo-verdianos. Mas é preciso não esquecer que as unidades económicas de que eles são proprietários são unidades de pequena ou muito pequena dimensão, em segmentos subalternos do comércio e serviços, num patamar claramente abaixo das actividades empresariais de outros grupos de origem indiana e em concorrência directa com outras minorias intermediárias em crescimento, como a chinesa.

A médio prazo, os trajectos colectivos das duas populações podem ser perspectivados em dois planos, o dos próprios imigrantes e o dos seus descendentes.

Irão manter-se as actuais modalidades de participação no mercado de trabalho dos cabo-verdianos e hindus mais antigos? Como é que se situam a este respeito os membros mais recentes das duas populações, aqueles que têm menos de 15 anos de residência e que por isso ficaram fora de observação neste estudo?

A falta de qualificações escolares e profissionais deixa antever que a situação dos cabo-verdianos não se alterará significativamente. Nem os imigrantes mais antigos se qualificaram desde que estão em Portugal, nem os mais recentes, que se sabia, têm um perfil mais favorecido a esse nível. Quanto aos hindus, a dúvida é se a lógica de expansão gradual do trabalho independente continuará a ter condições para funcionar como até aqui, seja para aqueles que, sendo mais antigos, permanecem assalariados, seja para os recém-chegados, que, ao contrário dos mais antigos, não têm nem nacionalidade portuguesa nem um capital de experiência e socialização acumulado desde Moçambique.

Mais importante ainda será saber como se estão a incorporar no mercado de trabalho e na sociedade em geral os jovens de origem hindu e cabo-verdiana. Os caminhos futuros da integração social, dos contrastes e continuidades com a população receptora, jogam-se até mais aqui do que na primeira geração. Será particularmente importante, por exemplo, observar o perfil da “segunda geração” hindu, invisível e desconhecida. Será que esses jovens têm tido, de acordo com o previsto pela tipologia de Portes, mais oportunidades de mobilidade do que os filhos de cabo-verdianos?

Mas esse é já outro programa de pesquisa, presentemente em curso, de que se virá a apresentar resultados noutros momentos e lugares.

Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, em António Reis (org.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.

- Amaro, Rogério Roque (1985), *Caracterização dos Caboverdianos Residentes em Portugal, a Partir dos Dados do Recenseamento de 1981*, Lisboa (policopiado).
- Amaro, Rogério Roque (1986), “Mercado de trabalho e franjas marginalizadas: o caso dos imigrantes caboverdianos”, em *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, II Conferência do CISEP, volume II, Lisboa, Instituto Superior de Economia.
- Ávila, Patrícia, e Mariana Gaio Alves (1993), “Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 115-133.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, 150, pp. 147-173.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, Maria Ioannis, João Carlos Marques, e Pedro Góis (2004), “Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 95-115.
- Bastos, José Gabriel Pereira, e Susana Pereira Bastos (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- Casa do Brasil (2004), *A 2.ª Vaga de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de Opinião a Imigrantes Residentes nos Distritos de Lisboa e Setúbal*, Lisboa, Casa do Brasil e ACIME.
- Costa, Alfredo Bruto da, e Manuel Pimenta (orgs.) (1991), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã.
- Dias, Nuno (2002), “Beyond familial dharma-hindu entrepreneurial behaviour in a migratory context”, em Maria Lucinda Fonseca, Jorge Malheiros, Natália Ribas-Mateos, Paul White e Alina Esteves (orgs.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Luso-American Foundation.
- Estanque, Elísio, e José Manuel Mendes (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento.
- Esteves, Maria do Céu (org.) (1991), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- França, Luís de (org.), Ana de Saint-Maurice, Isabel Guerra, Jeremias de Carvalho, João Lopes, e Rogério Roque Amaro (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Gomes, Isabel Brigham (org.) (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.
- Luvumba, Felícia Marta (1997), *Minorias Étnicas dos PALOP Residentes no Grande Porto: Estudo de Caracterização Sociográfica*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Machado, Fernando Luís (2002a), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís (2002b), “Guineenses no mercado de trabalho: entre a homogeneidade e a diferenciação”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2, pp. 13-24.

- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança*, Lisboa, Edições Colibri.
- Marques, Margarida, Catarina Reis Oliveira, e Nuno Dias (2002), "Empresários de origem imigrante em Portugal", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2, pp. 131-144.
- Oliveira, Catarina Reis de (2004), "Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 45, pp. 71-98.
- Peixoto, João (2002), "Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2, pp. 57-68.
- Perista, Heloísa, e Manuel Pimenta (1993), "Trajectórias profissionais e inserção laboral dos imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa", em *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Pires, Rui Pena (1999), "Imigração", em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, volume V, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pires, Rui Pena (2002), "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Saint-Maurice, Ana de, e Rui Pena Pires (1989), "Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11, pp. 203-226.
- Saint-Maurice, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Fernando Luís Machado. Investigador do CIES, docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. *E-mail*: Fernando.machado@iscte.pt

Maria Abranches. Investigadora do CIES. *E-mail*: Maria.abranches@netcabo.pt

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen*Caminhos limitados de integração social: trajetórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal*

A partir de evidência empírica extensiva e quantitativa produzida no quadro do projecto comparativo europeu LIMITS, analisam-se trajetórias socioprofissionais intrageracionais de caboverdianos e hindus residentes na região de Lisboa. Com base numa amostra de 600 indivíduos, com 35 ou mais anos de idade e 15 ou mais anos de residência em Portugal, observam-se, sucessivamente, as recomposições ocorridas na condição perante o trabalho, na distribuição por sectores de actividade e por categoria profissional e ainda os tipos mais comuns de trajetória individual. Conclui-se que essas trajetórias revelam, mais no caso cabo-verdiano do que no caso hindu, caminhos limitados de integração social.

Palavras-chave Trajetórias socioprofissionais de imigrantes, minoria intermediária, mercado de trabalho secundário.

Limited paths to social integration: socio-vocational trajectories of Cape-Verdeans and Hindus in Portugal

Using extensive and quantitative empirical evidence produced in the course of the LIMITS European comparative project, this article analyzes intra-generational socio-vocational trajectories of Cape-Verdeans and Hindus living in the Lisbon region. On the basis of a sample of 600 individuals, aged 35 years or over and 15 years or over resident in Portugal, the authors observe repositioning in terms of work status, distribution by economic sector and vocational category, and also the most common types of individual trajectory. It is concluded that these trajectories reveal, more amongst Cape-Verdeans than amongst Hindus, limited paths to social integration.

Key-words Socio-vocational trajectories of immigrants, intermediate minority, secondary labour market.

Voies d'intégration sociale limitées: parcours socioprofessionnels de Cap-verdiens et d'Hindous au Portugal

À partir du constat empirique, extensif et quantitatif dressé dans le cadre du projet comparatif européen LIMITS, cet article analyse les parcours socioprofessionnels intragénérationnels de Cap-verdiens et d'Hindous vivant dans la région de Lisbonne. À partir d'un échantillon de 600 personnes, âgées de 35 ans et plus et résidentes depuis 15 ans et plus au Portugal, on observe successivement les recompositions opérées dans la condition face au travail, dans la répartition par secteurs d'activité et par catégories professionnelles, ainsi que les types les plus courants de parcours individuel. En

conclusion, ces parcours révèlent, plus dans le cas des Cap-verdiens que dans celui des Hindous, des voies d'intégration sociale limitées.

Mots-clés Parcours socioprofessionnels d'immigrés, minorité intermédiaire, marché du travail secondaire.

Caminos limitados de integración social: trayectorias socio-profesionales de caboverdianos e hindúes en Portugal

A partir de evidencia empírica extensiva y cuantitativa producida en el marco del proyecto comparativo europeo LIMITS, se analizan trayectorias socio-profesionales intrageneracionales de caboverdianos e hindúes residentes en la región de Lisboa. Basándose en una muestra de 600 individuos, de 35 años o más y 15 años o más de residencia en Portugal, se observan, sucesivamente, las reorganizaciones que tuvieron lugar en la condición ante el trabajo, en la distribución por sectores de actividad y por categoría profesional e incluso los tipos más comunes de trayectoria individual. Se concluye que esas trayectorias revelan, más en el caso caboverdiano que en el caso hindú, caminos limitados de integración social.

Palabras-clave Trayectorias socio-profesionales de inmigrantes, minoría intermediaria, mercado de trabajo secundario.